

THOMAS FATHEUER

Amazônia

Região paradigmática situada entre destruição, valorização e resistência

A Amazônia é uma região de superlativos: é a maior floresta tropical úmida do mundo, contém a maior biodiversidade e a maior reserva de água doce. Por isso, não admira que tenha desde sempre despertado – e continua despertando – sonhos ousados e esperanças.

Seja como for, para o futuro ambiental do nosso planeta, a Amazônia é uma região-chave que está ameaçada. Os planos de construir a terceira maior barragem do mundo (Belo Monte) no meio da selva estampam manchetes no mundo inteiro. A construção no Xingu, um afluente do Amazonas, movimentará mais massas de terra do que a construção do Canal do Panamá. Na Alemanha, a mídia televisiva relatou o fato em detalhes – entre outros, em programas como *Weltspiegel* ou *Auslandsreport*. O prestigioso jornal *Die Zeit* publicou um dossiê sobre o assunto. Na esfera internacional, o diretor James Cameron (*Titanic* e *Avatar*) e a atriz Sgourney Weaver (*Alien*) entraram no debate, protestando contra os planos do governo brasileiro. Ainda hoje a Amazônia é uma região que fascina pela grandeza do espaço natural conservado em um mundo amplamente desbravado, “civilizado” e já descoberto. E é uma região de conflitos, uma região que parece ainda não estar “pronta” e por cujo futuro se briga.

Falar sobre a Amazônia significa correr muitos riscos. Desde o seu desbravamento pelos conquistadores, trata-se de um espaço mítico. A começar pelo nome, que junta um território do Novo Mundo – para os europeus – com dimensões conhecidas da mitologia grega. E há ainda a eterna busca pelo Eldorado que torna a Amazônia referência de grandes esperanças e desejos. Assim, é uma boa área de projeção para coisas grandiosas. Há pouco tempo, muitos achavam que a Amazônia era o “pulmão do mundo”, mito que já foi desconstruído, mas que continua sobrevivendo em incontáveis artigos.

O problema já começa quando se fala de “Amazônia”. O nome sugere uma unidade, uma homogeneidade que não existe. Uma pesquisa do IBGE de 1995 identificou na região 105 diferentes paisagens naturais, além de 204 subsistemas. Aquilo que comumente designamos por Amazônia é um território imenso com diferentes ecossistemas, caracterizado de maneira sustentável por uma longa presença humana representada por uma diversidade de grupos sociais. Apesar de equivocada, no entanto, a perspectiva histórica da Amazônia enquanto espaço homogêneo teve muitos efeitos. Foi a base para experimentos e práticas

de submissão, colonização, integração e desenvolvimento, portanto, de todas aquelas construções que fizeram da Amazônia um território no qual se tenta influir de fora para dentro. Seja como for, a *Amazônia Legal* tem limites definidos: abrange 5.217.423 km², ou seja, perto de 61% da superfície do Brasil. Deste total, cerca de 3.500.000 km² são cobertos por floresta tropical úmida.

O Brasil descobre a Amazônia

Em 1940, o presidente Getúlio Vargas fez um discurso em Manaus que pode ser considerado como um dos documentos fundadores da moderna política desenvolvimentista para a Amazônia. Neste discurso, Vargas definiu a Amazônia como núcleo de uma estratégia nacional:

“Nada nos deterá nessa arrancada, que é, no século XX, a mais alta tarefa do homem civilizado: conquistar, dominar os vales das grandes torrentes equatoriais, transformando a sua força cega e a sua fertilidade extraordinária em energia disciplinada. O Amazonas, sob o impulso fecundo da nossa vontade e do nosso trabalho, deixará de ser afinal um simples capítulo da história da terra, e equiparado aos outros grandes rios irá se tornar um capítulo da história da civilização”.

No discurso, Vargas ressaltou a visão dominante da Amazônia, uma região que é parte da natureza e precisa ser domada, um puro espaço natural que só ganha sua sociabilidade graças ao envolvimento e à vontade dos “civilizados”. Isso significa uma negação total daquilo que existe, das culturas indígenas e das comunidades locais. Essas só são percebidas enquanto parte da natureza, e ainda assim como se fossem desvantagem, um déficit. Vargas expressa isso com muita clareza:

“O nomadismo do seringueiro e a instabilidade econômica do modo de viver dos ribeirinhos devem dar lugar a núcleos de cultura agrária, onde o colono nacional, recebendo gratuitamente a terra desbravada, saneada e loteada, fixe-se e estabeleça a família com saúde e com conforto.”

Desta forma, o presidente estabelece a ampla colonização da Amazônia como objetivo da política do Estado. O discurso de Vargas foi considerado muito importante por ele próprio e pelo seu governo e pode ser considerado o prólogo de uma segunda conquista da Amazônia. No entanto, a Segunda Guerra Mundial adia a implementação de uma política pública desenvolvimentista de longo prazo, que só seria retomada nos anos 1950.

Mas, obviamente, a história da Amazônia não começa com Vargas. Desde o início da conquista da América, a região experimentou dramáticas intervenções e transformações que foram estruturantes para a formação do espaço social.

Conquista e ciclos

Uma das questões mais polêmicas da História das Américas continua sendo quantos nativos viveram no território do atual Brasil, em especial na região amazônica. Hoje em dia, é aceito que, por volta de 1500, grandes tribos habitaram o espaço amazônico e que o número de indígenas passava de um milhão. Nos séculos seguintes, expedições de aniquilamento, a escravidão, políticas de assentamentos e doenças dizimaram e marginalizaram os povos indígenas. O combate aberto e atos “civilizatórios” menos agressivos formaram elementos contraditórios desse processo de dizimação. Contrariamente à opinião corrente, a escravização de indígenas teve papel relevante nesse processo. Até hoje, dá-se pouca importância ao movimento de resistência dos indígenas. No imaginário popular, sobreviveu pelo menos o chefe dos Manau, Ajuricaba, que de 1723 a 1727 liderou uma guerra repleta de derrotas contra os conquistadores. Depois da derrocada final da rebelião, todas as comunidades dos Manau foram destruídas em 1729, com um saldo de cerca de 200 mil pessoas assassinadas. Dessa forma, a tribo dos Manau foi praticamente extinta, sobrevivendo apenas o seu nome, por ironia cruel, na cidade de Manaus, que surgiu exatamente no local onde antes habitavam os Manau.

Depois disso, a Amazônia seguiu sendo uma periferia pouco explorada da colônia portuguesa, e depois, do Brasil, independente desde 1822. O trânsito se limitava aos rios e igarapés. As áreas distantes e de difícil acesso funcionam como território para povos indígenas e escravos fugidos, que fundam numerosos quilombos na região.

A borracha lança a Amazônia na economia mundial

Em 1839, Charles Goodyear inventa o processo de vulcanização da borracha, fazendo este material servir a múltiplos usos. Em 1888, o irlandês John Boyd Dunlop inventa o primeiro pneumático com ventil ao fazer experiências com as rodas do triciclo de seu filho de dez anos. Quatro anos mais tarde, os irmãos Édouard e André Michelin fabricam o primeiro pneu desmontável. Essas invenções influenciam de maneira decisiva o desenvolvimento da Amazônia. A demanda por borracha dispara e toda a produção mundial se origina da região amazônica. O ciclo da borracha, que começa por volta de 1880, transforma fundamentalmente as relações sociais em algumas regiões. A produção agrícola existente não tinha como atender a demanda, que crescia exponencialmente. Assim, surge uma nova forma de apropriação do solo e do trabalho: os *seringais*, vastas áreas em que os seringueiros, geralmente imigrantes do Nordeste, extraíam o látex das seringueiras. Simultaneamente, Belém e Manaus se tornam verdadeiras metrópoles. O ciclo da borracha termina por volta de 1910, com a crescente produção de borracha em seringais plantados na Ásia.

Até hoje, essa narrativa tão conveniente do grande *boom* da borracha com a subsequente decadência é um dos elementos constitutivos do mito amazônico. O famoso Teatro Amazonas é um símbolo por excelência da triste dialética entre

boom e decadência. A narrativa não é errada, mas abrevia excessivamente o desenvolvimento social da Amazônia no período em questão, concentrando o olhar em um aspecto apenas. Já no início do século 19 estabelecera-se uma produção agrícola na Amazônia, conhecida por economia cabocla. Os caboclos geralmente são indígenas desenraizados de suas estruturas tribais, que vivem em família e pequenas comunidades e praticam uma mistura de economia agrícola e extrativista. A categoria *caboclo* muitas vezes se mistura com outra, a dos *ribeirinhos*. Os principais produtos de sua economia são a mandioca, o arroz, o cacau e a cana-de-açúcar. Na fase inicial do *boom* da borracha, esses *caboclos* são os principais fornecedores, mas depois a sua economia se torna insuficiente para atender a demanda que explode.

A saga da borracha geralmente foca apenas o final infeliz, e isso traz problemas. Reiteradamente, a Amazônia aparece como região responsável pelo fracasso de grandes projetos. O ciclo da borracha termina abruptamente, as linhas férreas na selva viram um desastre, Henry Ford fracassa em seus planos de retomar a produção de borracha nos anos 1920. Mas esse esquema “*boom*-decadência” perde de vista as continuidades e as transformações que vieram para ficar. Manaus e Belém são até hoje as únicas metrópoles na Amazônia, dois importantes centros urbanos com infraestrutura diversificada e universidades. Nos anos do ciclo da borracha, de 1870 a 1910, a população da Amazônia subiu de 320.000 para 1,2 milhão, decrescendo depois levemente até 1920. A partir de 1920, torna a subir constantemente, atingindo em 1949 o número de 1,4 milhão. A produção de borracha também despencou nos anos depois de 1910, mas voltou a se estabilizar nos níveis de 1920, considerado um ano de produção elevada. No estado do Pará, em compensação, cresceu fortemente a produção de castanha-do-pará. Entre 1920 e 1940, o número de pequenos estabelecimentos rurais no Pará sobe de cerca de 20 mil para 50 mil, e a área cultivada por eles, de 90 mil para cerca de 500 mil hectares.

Olhando de perto, portanto, muita coisa aponta no sentido de se enxergar o ciclo da borracha mais como um momento de reestruturação da Amazônia. A produção de borracha, de um lado, estimulou a agricultura regional, consolidando a economia cabocla. Do outro, promoveu um grande movimento migratório do Nordeste para a região amazônica. Poucos nordestinos voltaram para sua pátria depois do ciclo da borracha, continuando como pequenos camponeses ou *seringueiros* autônomos, uma vez que os grandes seringais foram abandonados pelos seus donos.

A Amazônia em que Getúlio Vargas faz o seu célebre discurso em 1940, portanto, há muito deixou de ser apenas um mero espaço natural. Os povos indígenas continuam dominando grandes territórios na região. Uma produção de agricultura familiar se desenvolveu na base da economia cabocla e se consolidou no século XIX através da migração. A pecuária tornou-se um importante fator em algumas partes da Amazônia. Nos centros urbanos, surgem classes médias, administração e burocracia. Mas para plantar as bases do novo mito civilizatório, a Amazônia precisa ser construída enquanto *vazio demográfico*. Nesse sentido, com o discurso do presidente Vargas começa também a fulminante carreira de um ator que se torna de fundamental importância para o futuro

desenvolvimento da região: o Estado. Naturalmente, ele já estava presente antes na região, especialmente enquanto agente de expansão e segurança territorial. Com Vargas, o Estado se torna agente civilizatório que quer promover ativamente uma transformação fundamental na região. Nesse processo, o Estado é visto em primeiro plano como agente de desenvolvimento, termo que se equipara à conquista de novos espaços naturais. Nessa perspectiva, o Estado não surge como garantidor de direitos. A consolidação de uma ordem pública que detém o monopólio de controlar a violência recua para segundo plano. A segunda conquista da Amazônia se dá na aliança com as oligarquias tradicionais da região. A vulnerabilidade da ordem pública com o surgimento de fortes poderes paralelos (oligarquias tradicionais, imensos latifúndios, atores ilegais), os quais exercem funções paraestatais que se estendem ao exercício violento do poder, até hoje permanece sendo uma característica estrutural da região.

A Amazônia como objeto do desenvolvimento

As declarações de intenção de Vargas só se concretizaram nos anos 1950. Com isso, iniciou-se a era do desenvolvimento “moderno” da Amazônia. Os objetivos eram integração, segurança nacional e assentamentos, além do fomento de um desenvolvimento regional, pensado sempre de fora para dentro. A economia cabocla e o extrativismo não eram vistos como potencial, e sim como déficit. A esperança pela descoberta e exploração de matérias-primas minerais valiosas continuava tendo um importante papel.

Em 1953 é criada a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA). Assim, começa uma fase de ações do Estado em que o planejamento e a criação de novas instituições e instrumentos de financiamento têm um papel decisivo. A valorização da Amazônia é o lema, sendo que aquilo que existe aparentemente não tem valor. Autores brasileiros, como Moraes e da Costa diferenciavam entre uma valorização estratégica e uma valorização econômica. Ambas são parte do mesmo processo, mas para permitir investimentos privados, a infraestrutura precisa ser ampliada e especialistas devem ser mobilizados. Junto com a criação da SPVEA, o Instituto Nacional de Pesquisas Amazônicas (INPA) se torna uma importante instituição de pesquisa.

As estradas têm papel determinante na visão do desbravamento da Amazônia. A Belém-Brasília talvez seja a maior herança dos tempos da SPVEA e constitui um passo decisivo para a “integração” de uma parte importante da Amazônia. Ela é construída no governo do presidente Juscelino Kubitschek entre 1958 e 1960. Um poema de Lauro Rolim exalta a nova estrada no diapasão do otimismo desenvolvimentista heróico daqueles dias:

*Vencida a distância e vencida a floresta...
Finalmente a vitória!
O encontro perseguido acaba de se dar após tantos rigores,
Tanta surpresa cruel, naquele decidido*

*E duro morejar dos bravos lidadores!
Cedera a natureza. O “inimigo” vencido
Vai agora assistir, no gemer dos motores,
À invasão do progresso e ao profundo estrupido
Da civilização marchando entre esplendores...
(Rolim, Transbrasiliana, um poema brasilista, 1960)*

E não são apenas os poetas. O próprio presidente Kubitschek festeja a Belém-Brasília com palavras que até hoje soam estranhas:

“Ainda não apareceu um Euclides da Cunha¹ para fixar, em páginas que seriam imortais, a epopéia dessa luta contra a floresta. (...) Quando um cedro ou uma maçaranduba gigante parecia irremovível, encaixavam-se bananas de dinamite em fendas, abertas nas raízes, e estrondava-se o tronco. A queda de um desses reis da floresta era um espetáculo inesquecível.”²

A Belém-Brasília fazia parte da luta heroica contra a selva. Portanto, desenvolvimento também significava, sobretudo, desmatamento. Todos os projetos de progresso daquela época começam no momento em que a selva para de existir.

A partir de 1964, com a ditadura militar, o início do desbravamento da Amazônia continua e se intensifica. A dimensão militar disso é fortalecida e a presença militar nos locais mais afastados torna-se um elemento importante. Essa integração da Amazônia é considerada pelos militares até hoje como precaução contra possíveis intervenções na região amazônica.

Apesar de muitas oscilações e contradições internas é possível identificar dois aspectos principais na estratégia dos anos 1960 e 1970. De um lado, a nova fronteira agrícola, tanto através de assentamentos com pequenos agricultores como pelo inventivo a grandes empreendimentos pecuaristas. Do outro, o fomento a grandes projetos nas áreas de mineração e energia. O projeto de mineração Grande Carajás, a usina de Tucuruí e a Rodovia Transamazônica são monumentos paradigmáticos daquele tempo. De fato, vastas partes da Amazônia sofrem brutais transformações nos anos 1970 e 1980.

Depois de vinte anos de intenso “desenvolvimento”, o estoque de mata amazônica foi significativamente reduzido, mas o benefício econômico é altamente duvidoso. Assim, a renda *per capita* no estado do Pará, o mais industrializado da região, cresceu apenas 1,29% entre 1975 e 1987, de US\$946 para US\$958.

1 Autor de Os Sertões. O livro sobre a Guerra de Canudos (1987), é considerado um dos mais importantes trabalhos da literatura brasileira.

2 Citação retirada do artigo de Rômulo de Paula Andrade “E a selva foi conquistada...: conceitos de natureza e progresso na construção da rodovia Belém-Brasília (1958-1960). Disponível em: http://www.coc.fiocruz.br/jornada/images/Anais_Eletronico/romulo_andrade.pdf. Acesso em: 20 mar. 2012.

Nos anos 1980, as ilusões dão lugar à crítica crescente. O alvo são os novos programas regionais de desenvolvimento e as instituições que os financiam, principalmente o Banco Mundial. É o programa de assentamentos agrícolas Polonoroeste em Rondônia que logo se torna um símbolo mundial para o desenvolvimento em bases equivocadas, sujando o renome do Banco Mundial. Em 1987, o então presidente do Banco Mundial, Barber Conable, admite que o Banco Mundial foi parte do problema.³

Nos anos 1987 e 1989, três acontecimentos marcam claramente o fim das expectativas eufóricas em relação ao desenvolvimento na Amazônia. Em **1987**, o presidente José Sarney anuncia **a moratória para a enorme dívida externa brasileira**. A esperança de que graças às imensas riquezas na Amazônia o Brasil finalmente se tornaria uma potência econômica revelaram ser uma ilusão. Em dezembro de **1988**, o **assassinato de Chico Mendes** abala a opinião pública internacional. O líder do movimento dos seringueiros se tornara uma espécie de ícone global da luta contra a destruição da selva amazônica em razão das ações contra desmatamentos. Além dos povos indígenas, os seringueiros são um segundo movimento social que se defende contra a destruição da selva amazônica.

Em **1989**, um **protesto contra a megabarragem no rio Xingu** chama a atenção do mundo. A ação faz com que os povos indígenas sejam percebidos internacionalmente como atores e obtém vitórias: os planos para a construção da barragem são provisoriamente engavetados, o Banco Mundial cancela o crédito de 500 milhões de dólares para o setor energético e os ambiciosos planos do governo de construir 40 barragens no Amazonas.

No final dos anos 1980, a opinião de que a política desenvolvimentista na Amazônia das últimas décadas foi um desastre se consolidou, principalmente na opinião pública internacional. A Amazônia se tornou um mito que só conseguiu produzir frustrações. No lugar de uma nova civilização, apenas selva destruída: eis para muitos o resultado de muitas décadas de “desenvolvimento”.

Em 1990, o recém-eleito presidente Fernando Collor nomeia para o cargo de ministro do Meio Ambiente José Lutzenberger, um ambientalista de renome internacional. Em entrevista ao semanário alemão *Der Spiegel*, na edição de março de 1990, Lutzenberger comentou que o presidente Collor queria “tirar o Brasil do banco dos réus, onde ele está hoje com justa razão”. E acrescentou: “O que ocorre hoje na Amazônia é uma guerra, um saque. Uma coalizão de latifundiários e multinacionais está saqueando os recursos do país à custa das populações locais e da natureza. Estão roubando os direitos humanos dos indígenas e seringueiros”. Uma fala amarga da boca de um representante oficial do governo.

A redescoberta ambiental da Amazônia

Essa fascinante transformação da euforia desenvolvimentista à percepção do desastre está umbilicalmente ligada a uma nova percepção da mata e da

3 A débâcle do Banco Mundial na Amazônia foi descrita de forma impressionante no influente livro de Bruce Rich *Mortgaging the Earth* Hipotecando a Terra (Boston, 1994).

natureza. Se, antes, para o discurso desenvolvimentista, a floresta não passava de um obstáculo a ser vencido, nos anos 1980, uma nova abordagem se impõe gradualmente. A perda da floresta tropical úmida é vista como problemática por uma série de razões. A nova abordagem da natureza tem grande influência nisso. Agora, a natureza passa a ser vista como biodiversidade, cuja perda representa uma ameaça à humanidade. Numa visão do mundo ainda tecnicista, isso significa a perda de recursos genéticos. Além disso, ressalta-se a relevância da mata tropical para o clima e enquanto espaço vital da população indígena. A reunião da cúpula ambiental de 1992 no Rio de Janeiro marca a nova percepção da natureza no mundo. A perda de ecossistemas naturais é percebida cada vez mais como sendo parte de um problema ecológico. O desmatamento, agora, não é mais parte de uma marcha heroica da civilização, e sim um desenvolvimento equivocado. Isso entrou de tal forma na consciência geral que é difícil dar-se conta como é recente essa percepção.

A “ecologização” da Amazônia também permite a valorização de novos atores sociais. Os seringueiros surgem enquanto usuários ecologicamente compatíveis da floresta. O conhecimento dos índios passa a ser valorizado. Culturas indígenas usaram a floresta ao longo de muitos séculos sem destruí-la e o seu conhecimento sobre biodiversidade aparece para muitos como importante fonte de pesquisa e de novas estratégias de processamento (plantas medicinais para o mercado).

Com tudo isso, a conservação da floresta tropical úmida se torna um objetivo desejável, reconhecido tanto pela cooperação internacional quanto pelo Estado brasileiro. A entrada em vigor, em 1992, do PPG-7 enquanto programa internacional para conservação da floresta tropical úmida do Brasil (e não para o desenvolvimento da Amazônia!) marca uma transição na política amazônica oficial. Não deveria mais haver contradição entre proteção e uso da floresta, pois o desenvolvimento sustentável também pode ser garantido através de atividades econômicas em harmonia com a floresta: um extrativismo moderno e o manejo sustentável. No final da década de 1990, entra cada vez mais em perspectiva a função da floresta para a política internacional de proteção ao clima. A mata é um grande armazém de CO₂. A redução do desmatamento pode contribuir essencialmente para a redução das emissões de CO₂. Desde pelo menos 1995, a tentativa de tornar esse potencial de CO₂ das florestas economicamente rentável está na agenda do Banco Mundial.

Conflito dos paradigmas

No nível do discurso, a abordagem ambiental da floresta tropical obteve uma nítida vitória. No imaginário mundial, a conservação da floresta representa um grande valor, e sua destruição, um pecado. A realidade na Amazônia, no entanto, aponta para um quadro bem mais complexo. Apesar de toda a retórica de desastre, as políticas desenvolvimentistas das últimas décadas transformaram a Amazônia de forma duradoura. Essas transformações podem não corresponder às expectativas eufóricas iniciais, mas apresentá-las simplesmente como fracassos significa

distorcer o olhar sobre a realidade social da Amazônia. Publicações sobre a ecologia das florestas tropicais úmidas sempre reiteraram que a região é inadequada para a agricultura e a pecuária devido ao clima impróprio e aos solos de má qualidade. De fato, subsídios equivocados da Superintendência da Amazônia (Sudam, sucessora da SPVEA) geraram mais corrupção do que o estabelecimento de uma pecuária bem-sucedida. Apesar disso, a pecuária experimentou uma alta notável nos últimos anos. A crítica ambiental quis provar a falta de sentido econômico da agricultura e da pecuária na Amazônia, sustentando que o uso agrícola só era possível por pouco tempo, devido aos solos pobres em nutrientes e suscetíveis à erosão. Mas a expansão da pecuária e da agricultura se firmou na Amazônia bem além da especulação de curto prazo. O estado do Mato Grosso é um exemplo do desenvolvimento econômico bem-sucedido à custa da floresta e de sua população nativa. Apoiado em pecuária e lavoura de soja, o estado obteve um crescimento econômico acima da média. “A soja, aqui, é fonte de um bem-estar que desconhecíamos durante muito tempo. A soja é de fundamental importância para o estado”, diz Ricardo Arioli, vice-diretor da Aprosoja, a associação dos produtores de soja do Mato Grosso. “Temos o mais elevado padrão de vida do Brasil inteiro”, elogia até a secretária de Agricultura e Meio Ambiente do município de Lucas do Rio Verde, Luciane Copetti. “Há 20 anos, havia apenas algumas pessoas em barracos de madeira, e agora temos uma cidade moderna com shoppings com ar condicionado, complexos esportivos e restaurantes.”⁴

O preço socioambiental da lavoura de soja obviamente é omitido nesses cenários. E ainda está para ser provado se as plantações de soja realmente serão rentáveis no longo prazo. Mas no curto e no médio prazos, essa tendência econômica forma um contraste forte e politicamente influente à priorização da conservação e da proteção da floresta na Amazônia.

A Amazônia na Era Lula – o desenvolvimento revisitado

Nos anos seguintes a 1989, projetos clássicos de desenvolvimento continuaram sendo concebidos, principalmente através do plano *Brasil em Ação*, no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. Mas a concretização se dá de forma claudicante. A política desenvolvimentista governamental de longo prazo e, principalmente, o planejamento saem de moda, e o governo FHC extingue a Sudam. Ao mesmo tempo, estratégias ambientais ganham relevância. Já em 1989, o governo FHC cria reservas extrativistas, demarca importantes territórios indígenas, como o Vale do Javari, e estabelece novas áreas de proteção.

Ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso ocorre uma importante mudança no Código Florestal que joga o foco sobre as contradições da política amazônica dos anos 1990. Em meados daquela década, as taxas de desmatamento atingem novos recordes. Mas isso já não é mais interpretado como consequência de uma política de desenvolvimento governamental, e sim como ausência de

4 Financial Times Deutschland, 7 de julho de 2010.

fiscalização pública. E as reações dentro e fora do país são tão intensas que o presidente FHC decide, em 1996, por uma mudança total do arcabouço legal. A reserva legal nas áreas florestais da Amazônia é aumentada para 80%. Isso significa que os proprietários rurais só podem desmatar 20% de suas terras. Até hoje, essa nova regra está no cerne do debate em torno do Código Florestal.

Isso muda no governo Lula. Inspirando-se (conscientemente) em Getúlio Vargas, Lula retoma a ideia de planejamento e de uma política desenvolvimentista governamental ativa. O indicador mais nítido é a ressuscitação da Sudam. O governo Lula inicia uma nova era do planejamento e da concretização de megaprojetos na Amazônia. A aprovação da construção de barragens no rio Madeira e a retomada da construção de grandes hidrelétricas na Amazônia quebram um importante tabu. A região assume nova posição-chave no planejamento do setor de energia. À Amazônia cabe o papel de fazer do Brasil uma potência na produção de energia renovável no século XXI, ambição que inclui a promoção de mais industrialização regional. O destino das barragens é se tornarem “vetores do desenvolvimento”, segundo Maurício Tolmasquim, diretor da Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Os próximos projetos já têm nome e endereço. No rio Tapajós, até 2015, será criado um complexo de inicialmente quatro hidrelétricas, com capacidade total de 6 mil MW. Mas não para aí. Segundo o governo, 41% do potencial hídrico do país estão concentrados na região amazônica, sendo que apenas 1% é aproveitado. Segundo o atual Plano Decenal de Expansão de Energia, até 2017, devem surgir 28 hidrelétricas na Amazônia. De acordo com a organização International Rivers, há mais de 60 barragens planejadas na região amazônica brasileira. Ainda que o aproveitamento deste “potencial” dependa de muitos fatores, é evidente que a Amazônia virou a região-chave para as perspectivas de crescimento no Brasil. Ela se tornou o “Eldorado hidrelétrico” do país, nas palavras de Raul do Vale, do Instituto Socioambiental.

Assim, forma-se uma nova visão do desenvolvimento da Amazônia. Ao mesmo tempo, a aliança com o *agrobusiness* assumiu um papel estratégico central no governo Lula, simbolizado pela figura do ex-governador do Mato Grosso, Blairo Maggi, um dos maiores plantadores de soja do mundo. Para Lula, Mato Grosso, com sua produção de soja e carne e seus gigantescos superávits de exportação, é um modelo de sucesso.

O paradigma da conservação florestal com manejo sustentável dos recursos também encontrou seu lugar no modelo desenvolvimentista, e isso também pode ser personificado – no caso, na figura de Marina Silva, primeira ministra nomeada por Lula depois de sua eleição para presidente em 2002. Internacionalmente, ela representa a luta pela conservação da floresta e da herança de Chico Mendes. Fiel ao lema do governo *Brasil para todos*, Lula vê na Amazônia espaço para povos indígenas e comunidades tradicionais, assim como para megaprojetos e o *agrobusiness*. Em muitos documentos oficiais se encontra essa visão ambígua: de um lado, uma região dominada por floresta preservada; do outro, uma região que garante crescimento e desenvolvimento.

“A compreensão de que o território amazônico é complexo e multifacetado, e que a diversidade regional é antes de tudo uma oportunidade, remete-nos à

necessidade de compreender melhor a admirável janela de oportunidades da Amazônia. No território, podem coexistir extrativismo e alta tecnologia. Podem, ainda, coexistir grandes projetos de infraestrutura energética, com pequenas centrais hidrelétricas e atividades agropecuárias com unidades de conservação.”⁵

Essa visão, descrita no Plano Amazônia Sustentável do Ministério do Meio Ambiente, reúne as diferentes tendências de desenvolvimento que influenciaram a Amazônia de hoje e entende que elas podem coexistir. Mas aquilo que, na visão do governo, surge como fantástica oportunidade de diversidade, geralmente desemboca em conflitos locais. Mais do que nunca, a Amazônia se tornou um território da disputa em tempos de governo Lula, ou, nas palavras do ambientalista Jean Pierre Leroy, do conflito entre o território do capital e o território das comunidades. Assim, existe na Amazônia uma situação complexa, que escapa a conclusões apressadas. Diferentemente do que ocorria nos anos 1960, os povos indígenas e as comunidades locais, principalmente os seringueiros, organizaram-se e tornaram-se visíveis enquanto atores políticos com poder de influência. A proposta de Chico Mendes de criar reservas para o extrativismo se disseminou por toda a Amazônia. Mais de 40% da superfície da Amazônia se constituiu de reservas indígenas e naturais. Os pequenos agricultores locais também se tornaram atores importantes e organizados, participando de incontáveis iniciativas que unem o manejo florestal a pequenas lavouras, buscando, desta forma, caminhos para a economia sustentável.

O REDD pode salvar a floresta?

Atualmente, essa disputa assume novas formas. As esperanças de reunir a conservação da floresta e o uso econômico da mata amazônica foram realimentadas pelas negociações internacionais em torno das mudanças climáticas. A nova fórmula mágica se chama REDD: Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (*Reducing Emissions from Deforestation and Degradation*). A redução do desmatamento leva a uma redução das emissões de CO₂ produzidas pela queima das florestas e a liberação do CO₂ armazenado nas árvores. Dessa forma, uma redução do desmatamento na Amazônia pode prestar uma contribuição substancial para a política internacional do clima. Estima-se que cerca de 20% das emissões mundiais se originam do desmatamento. No Brasil, perto de dois terços das emissões vêm dessa fonte.

O mecanismo REDD alimentou a esperança de que a redução do desmatamento pode virar um grande negócio. Segundo Paulo Moutinho, do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), o CO₂ armazenado na floresta amazônica valeria US\$500 bilhões. A proteção da floresta, dessa forma, renderia mais do que a transformação da floresta em lavouras de soja ou pastos. Em artigo publicado na revista *Science*⁶, cientistas de vários países calcularam que o encerramento

5 A apresentação do Plano Amazônia Sustentável está disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/sca/_arquivos/pas_versao_consulta_com_os_mapas.pdf. Acesso em: 20 mar. 2012.

6 *Science*, vol. 326, Dez. 2009.

total do desmatamento na Amazônia brasileira custaria de US\$7 a 18 bilhões por ano. Daniel Nepstad, um dos autores do estudo, não acha apenas possível que o REDD produza esse total. Ele acha que consegue muito mais. “O nosso estudo não era sobre estimar o que o mercado pode produzir, podem ser muitos mais do que os US\$7 a 18 bilhões”.

Não admira que esses números despertem grandes esperanças na Amazônia, mesmo entre organizações indígenas e seringueiros. Esse dinheiro seria produzido através do comércio internacional de emissões. Mas a ideia também provocou muitas críticas, pois a floresta tropical úmida e o espaço vital de povos indígenas e tradicionais se veriam envolvidos em um mecanismo de mercado pouco transparente e incontrolável. A quem pertence o CO₂? Quais os efeitos dessa valoração nos preços da terra e na especulação imobiliária? O que acontece com aqueles que não têm seus direitos à terra garantidos? E faz sentido que precisamente os atores sociais (povos indígenas, usuários tradicionais) que estão envolvidos apenas marginalmente nos processos de mercado e que destruíram pouco a floresta sejam “salvos” por mecanismos de mercado? Não admira que os críticos do REDD temam uma nova monetarização da natureza. Os céticos são municiados por informações sobre práticas e negociadores dúbios no comércio com CO₂. Assim, a empresa irlandesa Celestial Green Ventures reivindica os direitos de CO₂ (*carbon rights*) sobre 20 milhões de hectares no município de Jacareacanga, no Pará (equivalente à superfície da Inglaterra e da Escócia somadas) que teria adquirido no Brasil. Um suposto contrato com os índios da etnia Munduruku no Pará virou manchete de jornal. Enquanto a Celestial Green tem acesso irrestrito a suas terras, os Munduruku teriam vendido por 30 anos seus direitos do uso da biodiversidade e sua forma de vida tradicional, que inclui a caça e o manejo sustentável, junto com os direitos sobre o CO₂.

Contratos como este, feitos pelos chamados *carbon hunters* (caçadores de carbono) deverão ser negociados no relativamente pequeno mercado voluntário de CO₂. Os bônus em CO₂ poderiam servir para neutralizar viagens de avião. Esse mercado revela desde já o seu potencial de provocar confusão, mas ainda está longe de mobilizar as grandes somas de dinheiro sonhadas pelos defensores do mecanismo REDD. Isso porque as negociações internacionais sobre o clima estão estagnadas, e um acordo que preveja compromissos de redução de CO₂ está bem distante. E sem esse compromisso de redução não há mais o estímulo de comprar certificados de carbono de projetos REDD. “Um mercado que está esperando Godot”, diz o portal da Carbonpoint na internet.

O REDD é a última das grandes ideias que não quer nada menos do que salvar a Amazônia, sendo que a salvação, dessa vez, estará na conservação da floresta tropical úmida.

Nova falta de transparência

Mas o atual estardalhaço em torno do mecanismo REDD não faz de forma alguma com que os velhos conceitos do desenvolvimento via produção de

energia, mineração, industrialização e moderna agricultura sejam engavetados – ao contrário. No governo Lula, experimentam uma nova fase de alta, até porque, depois dos anos neoliberais de reestruturação e liberalização econômica, o pensamento desenvolvimentista foi reabilitado, sendo novamente legitimado em associação com a ideia de justiça social. A Amazônia precisa ser desenvolvida a fim de crescer e permitir a redistribuição, assim pode ser resumido o novo credo do governo. Com Lula, a ideologia desenvolvimentista começou a se recuperar do choque dos anos 1980 e da estagnação dos anos 1990.

A importância central da região para o modelo de desenvolvimento do atual governo está claramente revelada nas prioridades do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Até 2020, os investimentos na região devem chegar à inacreditável soma de R\$212 bilhões. Energia, transportes e mineração são as prioridades para transformar a Amazônia em um “motor do crescimento”, segundo o jornal Folha de São Paulo.

Os atores e os conceitos da nova valorização da Amazônia já não são mais os mesmos dos anos 1960. No setor agrícola, há hoje um moderníssimo *agrobusiness* que não pode mais ser comparado aos latifúndios do passado. Isso não diz respeito apenas ao dinâmico setor da soja no Mato Grosso, mas também à pecuária. O maior produtor de carne do Brasil, a cadeia de frigoríficos JBS Friboi, tornou-se um “global player”. A JBS comprou empresas americanas (Swift) e australianas. Segundo suas próprias palavras, é o “maior processador de proteínas animais do mundo”. Este ramo é altamente produtivo e organizado em termos políticos. Outra transformação importante é que o Brasil já dispõe de meios suficientes para realizar grandes projetos sem capital estrangeiro. A política desenvolvimentista da Amazônia não depende mais de créditos do Banco Mundial. O BNDES se tornou o grande financiador dos megaprojetos. Além disso, o novo *boom* de matérias-primas e as cotações elevadas no mercado, tanto da soja como de matérias-primas minerais como minério de ferro e bauxita, favorecem um desenvolvimento econômico dinâmico da região. E face à preocupação internacional em torno das mudanças climáticas, os planos de novas barragens na Amazônia poderão vir a ser novamente legitimados enquanto “ampliação de energias renováveis com baixos índices de emissões”. A crítica ambiental precisa ser renovada diante desse novo otimismo desenvolvimentista. Não adianta mais apontar para o fracasso dos antigos projetos de desenvolvimento. Os novos atores da valorização da Amazônia adotaram o discurso da sustentabilidade, aprenderam ao menos parcialmente com os erros do passado e têm importante sustentação através de uma política governamental orientada para o crescimento e os elevados preços das matérias-primas, que favorecem uma nova corrida pelos recursos naturais do mundo.

Diante disso, para o governo, a Amazônia não é mais um problema, e sim uma grande oportunidade. E os números sobre o desmatamento na região, que têm regredido nos últimos anos, comprovam que os paradigmas da conservação das florestas e do “motor do crescimento” podem andar de mãos dadas.

Ambientalistas e movimentos sociais se mostram menos otimistas. Para eles, a ampliação de obras de infraestrutura, o *boom* da mineração e as

megabarragens no longo prazo não se coadunam mais com a sustentabilidade e a conservação do espaço vital de habitantes tradicionais. “Desrespeito, ilegalidade, destruição, desmatamento, essas são as marcas do compromisso do PAC com a Amazônia”, afirmou a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB⁷.

Portanto, a Amazônia continuará sendo o palco espetacular da disputa por modelos de desenvolvimento e conservação no século XXI. Nada foi decidido, mas as cartas foram reembaralhadas.

7 Nota de 24 de março de 2011 sobre os conflitos no canteiro de obras da hidrelétrica de Jirau.